

Demonstrações Financeiras

Instituto Pro-Saber - SP

31 de dezembro de 2018
com Relatório do Auditor Independente

Instituto Pro-Saber - SP

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado.....	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração do fluxo de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Instituto Pró-Saber - SP
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Pró-Saber - SP ("Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Pró-Saber - SP em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras de períodos anteriores examinadas por outro auditor independente

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, sem modificação.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.



Building a better
working world

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que possam ter sido identificados durante nossos trabalhos.

São Paulo, 01 de novembro de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Maurício Yuhara
Contador CRC-1SP260523/O-3

Instituto Pró-Saber - SP

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Notas	2018	2017
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	786	233
Recursos de projetos a receber	6	349	-
Impostos a recuperar		1	-
Outros créditos		4	17
Total do ativo circulante		1.140	250
Não circulante			
Imobilizado	8	104	27
Total do ativo não circulante		104	27
Total do ativo		1.244	277
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		23	6
Obrigações trabalhistas e sociais		31	30
Obrigações tributárias		3	2
Recursos de projetos em execução	7	100	-
Subvenções e assistências governamentais	7	349	-
Outras obrigações	7	36	-
Total do passivo circulante		542	38
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	9	239	-
Superávit acumulados		463	239
Total do patrimônio líquido		702	239
Total do passivo e patrimônio líquido		1.244	277

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Pró-Saber - SP

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Notas	2018	2017
Receita líquida	10	1.817	1.153
Custos com atividades de assistência social	11	(1.224)	(724)
Superávit bruto		593	429
Receitas (despesas) com atividades de assistência social			
Apoio administrativo	12	(114)	(144)
Gerais e administrativas	12	(37)	(130)
Despesa com projetos	12	-	(116)
Total receitas (despesas) com atividades de assistência social		(151)	(390)
Superávit antes do resultado financeiro		442	39
Receitas financeiras		31	28
Despesas financeiras		(10)	(7)
Resultado financeiro	13	21	21
Superávit do exercício		463	60

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Pró-Saber - SP

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Superávit do exercício	463	60
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente para o exercício	<u>463</u>	<u>60</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Pró-Saber - SP

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Patrimônio social	Superávit acumulados	Total
Saldos em 15 de março de 2017 (não auditado)	-	179	179
Superávit do exercício	-	60	60
Saldos em 31 de dezembro de 2017	-	239	239
Superávit do exercício	-	463	463
Incorporação do superávit	239	(239)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	239	463	702

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Pró-Saber - SP

Demonstração do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	463	60
Ajustes que não afetam caixa e equivalentes de caixa:		
Depreciações	8	5
Superávit absorvido na cisão	-	8
Variações de ativos e passivos		
Recursos de projetos a receber	(349)	-
Adiantamentos a fornecedores e a funcionários	(1)	19
Impostos a recuperar	(1)	-
Outros créditos	13	(12)
Fornecedores	17	6
Recursos de projetos em execução	100	-
Subvenções e assist. governamental	349	-
Outras obrigações	36	-
Obrigações tributárias	1	2
Obrigações trabalhistas e sociais	1	(2)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	637	86
Atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(84)	(23)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(84)	(23)
Aumento (redução) líquidos de caixa e equivalentes de caixa	553	63
Caixa e equivalente de caixa no início do ano	786	233
Caixa e equivalente de caixa no final do ano	233	170
Aumento (redução) líquidos de caixa e equivalentes de caixa	553	63

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Pró-Saber - SP

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

O Instituto Pró-Saber SP (“Instituto”), inscrito no CNPJ sob nº 27.320.967/0001-07, é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, com endereço à Rua Manoel Pinto, nº 974, Paraisópolis, São Paulo/SP. Sua fundação foi resultado da Cisão Parcial do Centro de Estudos Psicopedagógicos Pró-Saber, fundado em 1987, no Rio de Janeiro/RJ e com filial aberta em São Paulo/SP desde 2003. Em 30 de novembro de 2016, aprovou-se, em Assembleia Geral Extraordinária, a Cisão Parcial da entidade, promovendo-se a extinção da Filial de São Paulo com a consequente versão e incorporação do seu patrimônio líquido pela nova associação, Pró-Saber SP, constituída em 15 de março de 2017 e que, desde então, vem dando continuidade às atividades e operações da extinta filial do Centro de Estudos Psicopedagógicos Pró-Saber.

O Instituto Pró-Saber SP tem como missão democratizar o acesso às oportunidades na área de Educação, por meio da criação e disseminação de experiências inovadoras. Atualmente a Entidade atua oferecendo 2º tempo escolar a crianças e jovens, entre 4 a 18 anos, moradores de Paraisópolis, colocando em prática três programas gratuitos com foco na formação humana: prática de escrita e leitura, jogos e brincadeiras e protagonismo jovem. O objetivo é aprimorar o processo educativo do currículo escolar regular e o acesso a mais oportunidades em educação. O time pedagógico do Instituto atua em busca de uma educação integral, levando em consideração a multidimensionalidade do ser - física, cognitiva, afetiva e ética - de forma integrada, com a participação ativa da família e da própria comunidade de Paraisópolis nos processos e conquistas.

No exercício das suas finalidades institucionais, o Instituto Pró-Saber SP não faz discriminação de raça, sexo, nacionalidade, idade, cor, credo religioso, político e nem de condição social.

Certificados e registros:

- Registro no Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente nº 1164/2006;
- Registro no Conselho Municipal de Assistência Social nº 1479/2017;
- Certificado de Cadastro Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social nº 8174/2017;
- Certificado de Regularidade Cadastral Estadual de Entidades nº 0283/2017;
- Certificado de Ponto de Cultura pelo Ministério da Cultura.

Instituto Pró-Saber - SP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nos pronunciamentos técnicos e nas orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), incluindo as disposições da Interpretação Técnica ITG 2002 (R1) - “Entidade sem Finalidade de Lucros” e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, consubstanciadas nos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e nas disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos, ITG 2002 - Entidades Sem Fins de Lucros e posteriores alterações e NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que visam orientar o atendimento às exigências legais sobre procedimentos contábeis a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros.

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Instituto Pró-Saber-SP e, também, a sua moeda de apresentação.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. A Empresa revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Instituto Pró-Saber - SP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

3. Formalidades da escrituração contábil - Resolução CFC Nº 1.330/11 (NBC ITG 2000)

A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm números de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil, estando hábil e revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes” e é mantida em boa ordem e conservação.

4. Sumário das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir, em detalhes, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

a) Apuração do resultado

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o princípio da competência. O superávit do exercício de 2018 será incorporado ao Patrimônio Social, em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a NBC ITG 2002 em especial no item 15, que descreve que o superávit ou déficit do exercício deve ser registrado na conta do Patrimônio Social.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Estão representadas por caixa, saldos positivos em conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis com liquidez diária das datas dos balanços e com riscos insignificantes de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, não excedendo o valor de realização (Nota 5).

c) Contas a receber

Quando aplicável, o saldo de contas a receber está apresentado a valores estimados de realização. A Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas futuras com contas incobráveis.

Instituto Pró-Saber - SP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

4. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

d) Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado por seu custo de aquisição ou construção, incorridos até o término da construção das instalações ou entrada em operação no caso das máquinas e equipamentos. A depreciação dos itens do imobilizado está sendo calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens. Os gastos incorridos com manutenção ou reparos, quando representam melhorias (aumento da capacidade instalada ou da vida útil) são capitalizados, enquanto os demais são debitados ao resultado, respeitando-se o regime de competência.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável são também submetidos a teste de análise de valor, que é determinado com base em modelos econômicos de avaliação que inclui fluxo de caixa futuro descontado.

e) Provisão para recuperação de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas estão classificadas como outras despesas operacionais.

f) Outros ativos e passivos

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando se estima que sua realização ou liquidação ocorrerá nos próximos 12 meses, caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Um ativo é reconhecido no balanço quando é provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e quando seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos até a data do balanço.

Instituto Pró-Saber - SP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

4. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

f) Outros ativos e passivos--Continuação

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Empresa tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. Alguns passivos envolvem incertezas quanto ao prazo e valor, sendo estimados na medida em que são incorridos e registrados por meio de provisão. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

g) Tributação

O Instituto Pró-Saber - SP é uma entidade de assistência social, que presta os serviços para os quais foi constituída e os coloca à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem fins lucrativos e de forma totalmente gratuita. Como tal, é amparada por imunidade constitucional, nos termos do artigo 150, inciso VI, alínea "c" da Constituição Federal, e do artigo 10 da IN 1.700/2017. Em relação à COFINS, o Instituto está amparado pela isenção, nos termos do inciso X do artigo 14 da MP 2.158-35/2001 e artigo 23 da IN SRF 1.911/2019. Em relação ao PIS, seu recolhimento é feito com base na alíquota de 1% sobre a folha de salários, nos termos do artigo 13 da MP 2.158-35/2001 e artigo 7º da IN SRF 1.911/2019. Em relação ao ITCMD sobre as doações, o pagamento vem sendo feito normalmente, nos termos da legislação estadual RICMS/SP, pois o reconhecimento da imunidade pela SEFAZ/SP ainda está em trâmite.

As receitas de doações estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições pelas seguintes alíquotas básicas:

<u>Descrição</u>	
ITCMD	4%

O imposto é calculado aplicando-se a alíquota de 4% (quatro por cento) sobre o valor fixado para a base de cálculo (NR), sendo consideradas isentas as doações recebidas do mesmo doador, que dentro do ano civil não ultrapassaram 2.500 UFESPs (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo), conf. letra "a" do inciso "II" do artigo 6º da Lei SP nº 10.705/2000.

O valor da UFESP para o ano de 2018 foi de 25,70 (Comunicado DA-96/2017 -DOE-SP de 21/12/17), correspondendo ao limite de isenção de 64.250,00 por doador.

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado.

Instituto Pró-Saber - SP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

4. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

h) Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que o Instituto cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida no passivo e em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo.

Quando o Instituto recebe benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais. O benefício obtido com empréstimo governamental é reconhecido ou mensurado inicialmente ao valor justo. A subvenção governamental é mensurada como a diferença entre o valor contábil inicial do empréstimo e os resultados recebidos.

i) Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que o Instituto se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. São inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício.

Para fins de mensuração subsequente, os ativos e passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

- (i) Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- (ii) Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado;
- (iii) Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pelo Instituto são: caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras e contas a receber.

Instituto Pró-Saber - SP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

4. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

i) Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração--Continuação

Os principais passivos financeiros reconhecidos pelo Instituto são: fornecedores e contas a pagar.

j) Demonstrações sobre fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

k) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018

O Instituto aplicou pela primeira vez determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após esta data. O Instituto decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes

O CPC 47 substitui o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção, CPC 30 - Receitas e Interpretações relacionadas e se aplica, com exceções limitadas, a todas as receitas decorrentes de contrato com cliente. O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto uma receita reconhecida a partir das identificações das obrigações de desempenho, da transferência do controle do produto ou serviço ao cliente na determinação do preço da venda.

O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilizar a receita proveniente de contrato com cliente e exige que a receita seja reconhecida em um valor que reflita a contraprestação que a entidade espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente.

O CPC 47 exige que as entidades exerçam julgamento, levando em consideração todos os fatos e circunstâncias relevantes ao aplicar cada etapa do modelo a contratos com seus clientes. A norma também especifica a contabilização dos custos incrementais de obtenção de um contrato e os custos diretamente relacionados ao cumprimento de um contrato. Além disso, a norma exige divulgações mais detalhadas.

Instituto Pró-Saber - SP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

4. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

k) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018--Continuação

CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes--Continuação

A Administração do Instituto analisou as suas operações com base no modelo de cinco etapas definido por esta nova norma e não identificou impactos significativos tendo em vista suas atividades operacionais.

CPC 48 - Instrumentos Financeiros

O CPC 48 - Instrumentos financeiros, substitui o CPC 38 para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018 reunindo todos os três aspectos da contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração; redução ao valor recuperável; e contabilidade de *hedge*.

A Administração do Instituto avaliou os impactos da adoção do CPC 48 em suas operações e não identificou impactos significativos.

l) Pronunciamentos emitidos, mas ainda não vigentes

As normas a seguir foram publicadas e serão obrigatórias para períodos contábeis a partir de 1º de janeiro de 2019. Não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Empresa.

CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil

O CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 - *Leases*, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários - arrendamentos de ativos de "baixo valor" (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Instituto Pró-Saber - SP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

4. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

l) Pronunciamentos emitidos, mas ainda não vigentes--Continuação

CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil--Continuação

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

O CPC 06 (R2), que vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, exige que os arrendatários e os arrendadores façam divulgações mais abrangentes do que as previstas no CPC 06 (R1).

Tendo em vista que o Instituto não possui contratos de arrendamento mercantil, a norma não traz impacto para o Instituto. A Administração continuará a avaliar os efeitos dos pronunciamentos em períodos posteriores.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Disponibilidades	55	-
Aplicações financeiras (Nota 14)	731	233
	<u>786</u>	<u>233</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, relacionados à execução dos projetos sociais desenvolvidos pela Entidade e não para investimento ou outros fins, sendo que a Empresa considera equivalente de caixa em 2017 uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de dezembro de 2018, as aplicações financeiras são compostas substancialmente por aplicações em renda fixa e são remunerados por uma taxa de 85% a 99% do CDI.

Instituto Pró-Saber - SP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

6. Recursos de parceria em projeto a receber

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Projeto Condeca	339	-
Secretaria Municipal de Cultura	10	-
	<u>349</u>	<u>-</u>

Correspondem a valores a serem recebidos referente às subvenções do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado de São Paulo ("CONDECA SP") para aplicação no projeto "Despertar Leitura" conforme Termo de Fomento (Processo 2.636/2017) e da Secretaria Municipal de Cultura, referente ao Edital de Apoio aos Espaços Independentes, conforme Termo de Fomento (Processo 6025.2018/0018697-8).

7. Recursos de projetos em execução e subvenções e assistências governamentais

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
CONDECA-SP - Subvenção a Realizar - custeio (a)	60	-
CONDECA-SP - Subvenção a Realizar - bens (a)	1	-
CONDECA-SP - "Despertar Leitura" (a)	339	-
CONDECA-SP - Receitas Diferidas (b)	36	-
	<u>436</u>	<u>-</u>
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Secretaria Municipal Cultura - Subvenção a realizar (c)	39	-
Secretaria Municipal Cultura - Espaços Independentes (d)	10	-
	<u>49</u>	<u>-</u>
	<u>485</u>	<u>-</u>
	<u>2018</u>	
Valor contrato Condeca	726	
Prestação de contas (e)	<u>(290)</u>	
	<u>436</u>	
Receita subvenção Condeca (e)	290	

Instituto Pró-Saber - SP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

7. Recursos de projetos em execução e subvenções e assistências governamentais--Continuação

- (a) Representam valores nominais referente ao saldo de recursos provenientes do CONDECA/SP aplicados ao projeto "Despertar Leitura" conforme Termo de Fomento (Processo 2.636/2017).
- (b) Representam o valor de receita diferida ref. Imobilizado adquirido com recursos da Subvenção do CONDECA/SP, aplicados ao projeto "Despertar Leitura", conforme Termo de Fomento (Processo 2.636/2017), cujo reconhecimento se dará na mesma proporção do reconhecimento da depreciação dos referidos ativos imobilizados.
- (c) Representam valores nominais referente ao saldo de recursos provenientes da Secretaria Municipal de Cultura, referente ao Edital de Apoio aos Espaços Independentes, conforme Termo de Fomento (Processo 6025.2018/0018697-8) a ser utilizado no próximo exercício. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes e parceiros, ficando, também, toda documentação à disposição para qualquer fiscalização.
- (d) Representam valores das Subvenções a serem recebidas da Secretaria Municipal de Cultura, ref. Edital de Apoio aos Espaços Independentes, conforme Termo de Fomento (Processo 6025.2018/0018697-8).
- (e) Representam as receitas oriundas de subvenção governamental recebidas do CONDECA/SP e aplicados ao projeto "Despertar Leitura", conforme Termo de Fomento (Processo 2.636/2017). A receita de subvenção governamental é reconhecida em bases sistemáticas e racionais, ao longo do período e confrontada com as despesas correspondentes.

Instituto Pró-Saber - SP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

8. Imobilizado

Descrição	Anos de vida útil	15/03/2017	Adições	31/12/2017	Adições	31/12/2018
Custo						
Móveis e utensílios	10	-	14	14	39	53
Máquinas e equipamentos de escritório	10	-	15	15	-	15
Equipamentos de informática	5	-	14	14	8	22
Instalações	10	-	6	6	-	6
Biblioteca	10	-	3	3	1	4
Móveis e utensílios - Condeca	10	-	-	-	11	11
Máquinas e equipamentos de escritório - Condeca	10	-	-	-	3	3
Equipamentos de informática - Condeca	5	-	-	-	6	6
Biblioteca - Condeca	10	-	-	-	17	17
Total		-	52	52	85	137
Depreciação						
Móveis e utensílios		-	(14)	(14)	-	(14)
Máquinas e equipamentos de escritório		-	(8)	(8)	(2)	(10)
Equipamentos de informática		-	(3)	(3)	(4)	(7)
Instalações		-	-	-	(1)	(1)
Biblioteca		-	-	-	(1)	(1)
Total		-	(25)	(25)	(8)	(33)
Total líquido		-	27	27	77	104

Instituto Pró-Saber - SP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

9. Patrimônio social

O Patrimônio Social acumula valores de superávits que serão empregados integralmente na execução dos objetivos sociais do Instituto, expostos na Nota Explicativa nº 1, o qual oferece seus programas à comunidade de forma totalmente gratuita.

10. Receita líquida

	2018	2017
Receita de subvenções (a)	291	-
Receita de doações (b)	1.258	1.012
Receita de trabalho voluntário (c)	302	152
	1.851	1.164
ITCMD sobre doações	(34)	(11)
	(34)	(11)
	1.817	1.153

- (a) Representam as receitas oriundas de subvenção governamental recebidas do CONDECA/SP e aplicadas ao projeto "Despertar Leitura", conforme Termo de Fomento (Processo 2.636/2017).
- (b) Representam receitas oriundas de doações voluntárias recebidas de entidades privadas nacionais e internacionais e de pessoas físicas, sendo integralmente aplicadas na execução dos objetivos sociais do Instituto, conforme exposto na Nota Explicativa nº 1.
- (c) Conforme Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade.

11. Custos com atividades de assistência social

	2018	2017
Com pessoal e encargos	(154)	(552)
Com treinamentos	-	(20)
Trabalho voluntário	(302)	(152)
Projeto ler e brincar	(346)	-
Projeto protagonismo social	(75)	-
Projeto espaço leitura	(45)	-
Projeto biblioteca comunitária	(12)	-
Condeca - Despertar leitura	(290)	-
	(1.224)	(724)

Instituto Pró-Saber - SP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

12. Despesas com atividades e assistência social

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Serviços de terceiros	(114)	(144)
Despesas tributárias	(3)	(2)
Despesas com manutenção	(26)	(123)
Outras despesas	(7)	(5)
Projeto integrado Saberes	-	(116)
	<u>(151)</u>	<u>(390)</u>
<i>Segregados em:</i>		
Apoio administrativo	(114)	(144)
Gerais e administrativa	(37)	(130)
Despesa com projetos	-	(116)
	<u>(151)</u>	<u>(390)</u>

Em 2017, o Instituto recebeu recursos do Instituto PHI para aplicação exclusiva no projeto Integrando Saberes. As despesas incorridas com este projeto foram contabilizadas em grupo específico, intitulado Parceria Instituto PHI - Projeto Integrando Saberes e os recursos recebidos foram reconhecidos como receita à medida em que as despesas foram incorridas a cada mês.

13. Resultado financeiro

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Tarifas bancárias	(8)	(5)
Multas e juros	(1)	(2)
IOF	(1)	-
	<u>(10)</u>	<u>(7)</u>
Rendimento sobre aplicações financeiras	31	28
Outras despesas	31	28
	<u>21</u>	<u>21</u>

14. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Empresa estão apresentados em conformidade com os pronunciamentos técnicos CPCs 38, 39 e 40, e são representados por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber e a pagar, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2018 e 2017 se aproximam dos valores de mercado, sem expectativa de geração de perda para a Empresa.

Instituto Pró-Saber - SP

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

14. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

a) Análise da sensibilidade das aplicações financeiras

As aplicações financeiras são indexadas ao CDI e estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Empresa estava exposta na data-base de 31 de dezembro de 2018, foram definidos três cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 6,20% para o ano de 2018 e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 15% em cenários favoráveis e desfavoráveis em relação ao provável.

Para cada cenário foi calculada a “receita financeira bruta”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2018, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável (I)</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Aplicações financeiras	CDI	6,20%	7,13%	5,27%
Posição em 31/12/2018: R\$731 (*) (Nota 5)		45	52	39

(*) Saldos em 31 de dezembro de 2018 aplicados em renda fixa.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Empresa podem ser assim apresentados:

b) Avaliação dos instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros estão representados no balanço pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas, os quais se aproximam dos valores de mercado em função da natureza de curto prazo.